



ANO 12 Nº 9  
Setembro de 2003

# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

## A indústria agroalimentar em processo de ajuste

Os números relativos à evolução da produção física da indústria de alimentos no primeiro semestre de 2003, em comparação com igual período do ano passado, mostram uma ligeira retração do nível da atividade no Brasil (-0,5%) e uma queda importante no Rio Grande do Sul (-2,4%).

Ao mesmo tempo, o volume de vendas das principais empresas de distribuição de alimentos nos grandes centros de consumo, isto é, nos super e hipermercados, cai expressivamente no Brasil (-6,04%) e, mais ainda, no Rio Grande do Sul (-8,86%), segundo o IBGE.

Em qualquer caso, o declínio dos negócios no grande comércio varejista está associado à piora dos rendimentos do trabalho, bem como à manutenção de elevadas taxas de desocupação da mão-de-obra no período, e pode explicar o desempenho da indústria processadora de alimentos. Não fossem as condições muito favoráveis do mercado externo para segmentos importantes dessa agroindústria, quer dizer, se dependessem apenas do mercado interno, muito provavelmente os resultados seriam ainda piores, como sinalizam os apurados para os supermercados. E isso é tão mais verdadeiro quanto maior a importância do mercado doméstico para as empresas.

É importante notar que os resultados negativos da indústria gaúcha de alimentos no semestre fazem parte de um processo mais longo de perda de dinamismo da atividade, que já dura, pelo menos, quatro anos seguidos. No Brasil, o quadro é diferente no que diz respeito à tendência de crescimento, pois há indícios de uma lenta recuperação do setor.

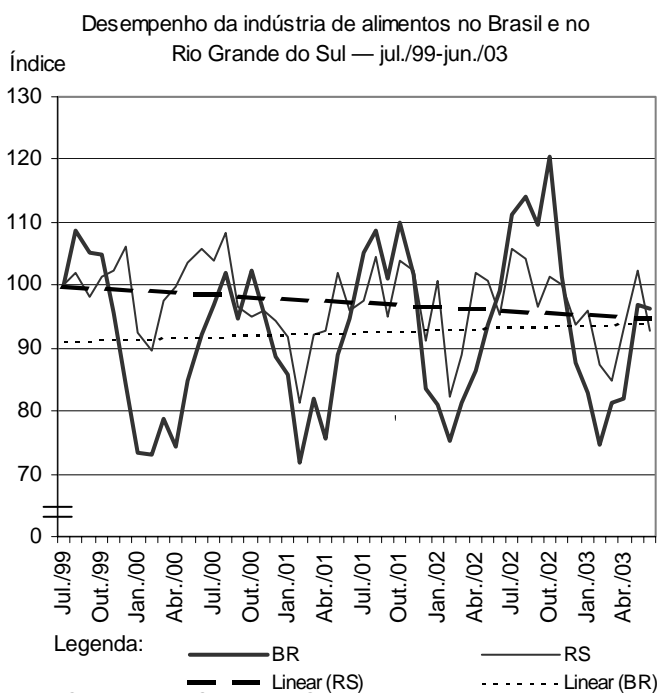
Seja como for, o fato é que, desde 2002, as empresas líderes do setor, as grandes empresas nacionais e transnacionais, estão envolvidas em um importante processo de reorganização institucional associada a uma estratégia de ajuste que segue três linhas principais: reorganização da pauta de produção, do destino geográfico dos mercados e dos ativos patrimoniais.

Pode-se constatar que, nesse período, as empresas se tornaram muito seletivas tanto no lançamento de novos produtos de maior valor agregado quanto na manutenção da linha de produtos com a qual vinham operando. Além disso, introduziram uma segmentação profunda na oferta em função do perfil de renda dos consumidores: para os de baixa renda, produtos mais simples, de menor valor agregado, com embalagens econômicas, sem venda de marca, que chegam aos consumidores, por exemplo, sob o rótulo de "marca própria" dos supermercados; para os de maior poder aquisitivo, continua

valendo o padrão de crescimento anterior, baseado no lançamento de produtos novos e de mais alto valor agregado. Ora, isso significa uma reversão das expectativas anteriores, que apostavam no crescimento do mercado de produtos relativamente sofisticados mediante a incorporação progressiva de consumidores de menor renda, na democratização, enfim, do consumo alimentar diferenciado.

Outra estratégia importante de ajuste consiste em buscar uma maior inserção internacional, notando-se, claramente, o esforço exportador por parte das empresas. Algumas delas saíram em busca de parcerias com *tradings* e indústrias transnacionais para se posicionarem nos mercados consumidores externos.

Finalmente, a estratégia de ajuste contemplou a reestruturação dos ativos das firmas, através do fechamento, do arrendamento e da venda de fábricas e marcas. Desses arranjos, pode emergir um setor industrial ainda mais concentrado, com as empresas operando em níveis maiores de produtividade.



FONTE: Base Sidra do IBGE.

NOTA: 1. Dados ajustados por função linear.

2. Os dados têm como base jul./99 = 100 sem ajuste sazonal.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

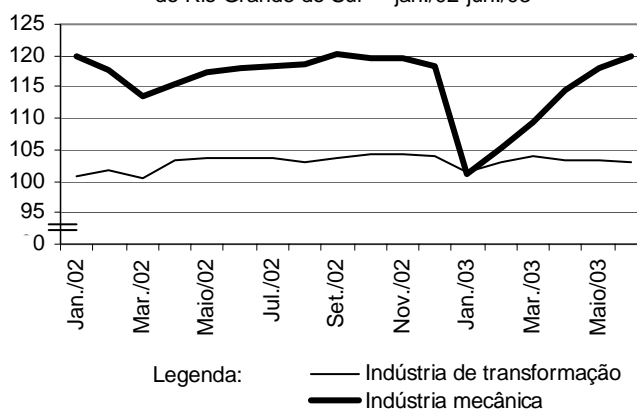
## Moderfrota impulsiona o segmento de máquinas agrícolas

No RS, o desempenho da produção física do gênero mecânica é fortemente influenciado pelo segmento de máquinas e implementos agrícolas. O comportamento da indústria mecânica, por sua vez, tem significativa participação sobre os resultados da indústria estadual.

O principal instrumento de política econômica para máquinas agrícolas é o Moderfrota, que, além de estimular a aquisição de equipamentos nacionais, estabelece a nacionalização dos componentes em 60% como condição para a obtenção desse crédito. Prova disso são a queda da produção verificada em janeiro de 2003, quando se haviam esgotado os recursos destinados ao Moderfrota, e a sucessiva retomada do crescimento com a liberação desse crédito. Evidentemente essa não é a única variável a ser considerada; o bom desempenho do setor agrícola e o crescimento das exportações, além das projeções otimistas de comercialização na Expoiner, são fatores que influenciam os resultados alcançados pelo segmento. Visando facilitar o acesso do Moderfrota aos pequenos agricultores, o Governo Federal pretende ampliá-lo, permitindo, inclusive, o financiamento de máquinas usadas. Essa medida

deverá apoiar a renovação da frota e a melhoria da competitividade das pequenas empresas.

Evolução mensal do índice da produção física das indústrias de transformação e mecânica do Rio Grande do Sul — jan./02-jun./03



FONTE: IBGE.

Clarisse C. Castilhos (FEE/NEI)

## A evolução da expectativa de vida, por sexo, no Rio Grande do Sul

A Reforma da Previdência, atualmente em curso no Congresso Nacional, recoloca a questão da expectativa média de vida do cidadão brasileiro. Especificamente no caso da população gaúcha, houve um importante incremento dessa expectativa nos últimos 30 anos, passando de 66,6 anos no período 1971-73 para 73,4 anos em 1999-01. Entretanto, ao discriminar essa informação por sexo, verifica-se que a expectativa de vida masculina no Rio Grande do Sul, que já era menor do que a feminina no começo da década de 70, cresceu menos do que esta última no período.

Um dos fatores responsáveis pela mortalidade masculina em idades precoces são as chamadas causas externas (das quais 70% são agressões e acidentes de trânsito). Enquanto, em 2001, apenas 3,7% dos óbitos femininos decorreram dessas causas, 13,9% ou 5.365 óbitos masculinos ocorreram em função delas. Destes últimos, 2.805 aconteceram em grupos etários jovens — dos 15 aos 39 anos de idade —, representando 7,3% do total de óbitos masculinos. Esse perfil de mortalidade influenciou fortemente o resultado final da expectativa

de vida para os homens gaúchos, a qual, na virada do milênio, ainda não alcançou a expectativa média de vida feminina do início dos anos 70.

Evolução da expectativa média de vida, por sexo, no Rio Grande do Sul, em períodos selecionados

DISCRIMINAÇÃO	1971-73	1979-81	1992-94	1999-01
Masculina .....	63,6	65,1	66,7	69,2
Feminina .....	70,0	72,9	74,9	77,8
Ambos os sexos ....	66,6	68,8	70,8	73,4

FONTE: Secretaria da Saúde-RS.

Mercedes Rabelo (FEE/NEESF)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)



**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-jul./03

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRES- CIMENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTI- MENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEM- PREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./93	4,9	18,7	-	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,6	-	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	20,2	-	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	21,0	-	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,2	-	5,2	38,0	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	21,2	-	1,7	29,0	96,5	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,6	-	8,9	19,0	126,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,4	20,3	-	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,7	0,2	46 304
Jul./01	-	-	-	7,1	19,0	126,2	17,9	96,5	0,6	45 004
Ago./01	-	-	-	6,4	19,0	128,8	24,2	94,6	-2,0	45 010
Set./01	2,6	19,8	-	6,5	19,0	137,1	31,7	93,3	-1,3	45 133
Out./01	-	-	11,7	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	11,5	7,6	19,0	123,6	13,3	104,0	12,9	45 587
Dez./01	1,4	19,2	10,6	7,7	19,0	114,1	4,1	130,2	25,2	52 846
Jan./02	-	-	11,1	7,6	19,0	109,5	-1,4	99,4	-23,6	52 298
Fev./02	-	-	12,5	7,5	18,8	106,7	-4,9	94,7	-4,8	50 056
Mar./02	0,3	18,7	12,9	7,7	18,5	103,2	-9,8	94,6	-0,1	49 371
Abr./02	-	-	12,5	8,0	18,5	102,2	-13,3	94,8	0,3	48 598
Mai/02	-	-	11,9	7,8	18,5	109,1	-12,7	95,8	1,0	49 265
Jun./02	-0,01	18,6	11,6	7,7	18,5	117,5	-6,0	94,2	-1,6	50 577
Jul./02	-	-	11,9	7,5	18,0	126,2	0,0	95,0	0,8	54 220
Ago./02	-	-	11,7	7,5	18,0	129,8	0,8	93,4	-1,7	56 266
Set./02	0,5	-	11,5	7,9	18,0	135,0	-1,5	92,0	-1,5	58 165
Out./02	-	-	11,2	8,4	21,0	145,6	7,4	92,0	-0,1	60 607
Nov./02	-	-	10,9	10,9	22,0	127,8	3,4	101,7	10,6	61 344
Dez./02	1,5	-	10,5	12,5	25,0	126,7	11,0	122,4	20,4	69 901
Jan./03	-	-	11,2	14,5	25,5	121,4	10,9	92,1	-24,8	68 886
Fev./03	-	-	11,6	15,8	26,5	126,4	18,5	88,1	-4,4	64 092
Mar./03	-	-	12,1	16,6	26,5	120,5	16,8	87,5	-0,7	69 290
Abr./03	2,2	-	12,4	16,8	26,5	109,2	6,8	88,8	1,4	67 372
Mai/03	-	-	12,8	17,2	26,5	107,6	-1,4	89,6	0,9	66 199
Jun./03	-	-	13,0	16,6	26,0	106,9	-9,0	90,5	1,0	65 703
Jul./03	1,6	-	12,8	15,4	24,5	108,0	-14,4	-	-	66 357

(continua)

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-jul./03

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINAN- CIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Taxas de Crescimento (IBGE)			Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Produção física (1)	Produti- vidade física da indústria (7)		Expor- tações (1)	Impor- tações (1)	Transa- ções corren- tes (6)	Inves- timentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investi- mentos diretos (6)		
Dez./93	...	...	97,13	7,5	-	(8)77	8,1	25,1	-0,14	...	...	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(8)80	12,3	28,7	-0,31	...	...	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(8)83	6,8	51,1	-2,55	...	...	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,72	5,33	-0,60	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,02	5,44	-1,42	33 011	236 156
Jul./01	-4,05	52,8	132,38	5,4	3,5	80,9	9,9	13,9	-4,94	4,81	0,13	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	136,23	4,7	2,5	-	7,8	11,2	-4,95	4,68	0,27	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,39	4,2	-5,3	-	6,8	8,0	-4,90	4,74	0,17	40 054	232 425
Out./01	-3,95	54,4	132,22	3,3	2,1	79,8	6,8	5,8	-4,79	4,67	0,13	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,43	2,7	-1,7	-	6,2	3,5	-4,69	4,06	0,63	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	52,6	112,54	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,55	4,40	0,15	35 866	226 067
Jan./02	-3,64	55,1	117,81	0,6	6,3	79,5	2,6	-4,6	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,66	0,4	-0,8	-	2,0	-5,6	-4,29	4,43	-0,14	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	125,92	-0,6	6,6	-	-0,9	-10,3	-4,01	4,54	-0,53	36 721	226 962
Abr./02	-3,37	54,6	130,34	-0,6	2,9	79,1	-2,0	-12,0	-3,97	4,58	-0,60	33 008	224 695
Mai./02	-3,29	55,7	131,97	-1,0	-0,2	-	-4,1	-15,2	-3,97	4,51	-0,54	32 889	225 088
Jun./02	-3,43	58,1	127,94	-0,9	-2,2	-	-6,1	-17,7	-3,83	4,64	-0,81	41 999	235 815
Jul./02	-3,51	62,1	136,87	-0,7	6,3	79,0	-3,8	-17,4	-3,55	4,36	-0,80	39 060	231 955
Ago./02	-3,49	58,2	137,62	-0,6	0,8	-	-4,1	-18,5	-3,28	4,29	-1,01	37 643	228 723
Set./02	-3,92	63,6	134,48	0,0	-2,5	-	-1,2	-17,6	-2,85	4,28	-1,43	38 381	229 228
Out./02	-4,13	58,4	144,01	1,0	5,1	80,1	0,7	-17,8	-2,35	4,30	-1,95	35 855	227 273
Nov./02	-4,14	56,7	134,53	1,5	-5,3	-	1,6	-17,3	-2,06	4,12	-2,05	35 592	225 305
Dez./02	-3,96	56,5	118,40	2,5	-10,0	-	3,7	-15,3	-1,71	3,67	-1,97	37 823	227 689
Jan./03	-4,14	56,2	121,09	2,8	3,2	79,2	6,1	-13,7	-1,41	3,54	-2,14	38 772	228 803
Fev./03	-4,43	56,4	118,32	3,2	-0,2	-	9,3	-11,8	-1,21	3,53	-2,31	38 530	228 597
Mar./03	-4,65	54,9	126,79	3,5	4,7	-	12,8	-8,6	-0,95	3,07	-2,12	42 335	233 692
Abr./03	-4,64	53,4	125,43	2,7	-1,0	80,7	14,8	-8,1	-0,73	2,82	-2,09	41 500	233 580
Mai./03	-4,65	55,2	131,49	2,7	3,1	-	20,3	-6,1	-0,11	2,62	-2,51	43 373	236 010
Jun./03	-4,40	55,5	125,21	2,5	-3,7	-	25,7	-3,2	0,28	2,33	-2,61	47 956	-
Jul./03	-4,36	57,0	-	-	-	81,0	22,6	-5,5	0,57	2,40	-2,97	47 645	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Bélgica). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano.

## Carta de Conjuntura - Ano 12 nº 9

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./01-set./03

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai/01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,1	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,02	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,62	102,61	101,65	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,30	98,28	100,37	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,72	110,90	103,21	310,3	138,6	64,1	595,5	128,28	577,39
Mai/02	-	163,55	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,90	102,91	103,61	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,30	104,12	103,68	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,10	98,00	102,93	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	148,12	110,40	103,69	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	161,76	108,37	104,17	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	149,79	105,17	104,26	380,1	144,4	59,2	669,7	142,78	630,81
Dez./02	1,8	126,85	100,91	104,02	480,5	174,8	99,5	843,6	145,85	644,09
Jan./03	-	131,92	101,46	101,46	461,2	128,5	96,2	771,9	149,37	654,01
Fev./03	-	136,25	104,31	102,89	365,5	152,0	73,0	676,9	150,73	664,31
Mar./03	-	162,56	106,04	104,05	323,9	138,1	62,2	612,0	153,25	672,98
Abr./03	-	170,50	101,05	103,19	314,0	132,6	39,0	576,0	155,94	678,29
Mai/03	-	169,06	103,37	103,23	342,9	129,0	63,8	628,8	156,18	685,26
Jun./03	-	153,75	101,22	102,89	458,3	175,4	81,1	804,5	155,22	686,49
Jul./03	-	-	-	-	278,8	145,4	72,3	580,2	154,86	707,66
Ago./03	-	-	-	-	-	-	-	-	155,09	718,41
Set./03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	721,93

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — abr./01-set./03

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ 1000)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Abr./01	15 810	10,2	15,6	897	917	652 276	1 755 595	489 574
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	882	889	618 173	1 601 341	638 054
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	885	885	653 234	1 577 282	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	871	871	631 391	1 514 421	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	875	875	628 535	1 532 506	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	893	902	607 149	1 509 226	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	895	909	593 559	1 475 961	494 824
Nov./01	10 730	9,7	15,1	898	912	601 350	1 565 278	384 873
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	880	884	586 626	1 570 997	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	857	852	477 873	1 573 445	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	858	863	593 381	1 702 526	372 940
Mar./02	9 401	9,9	15,8	866	881	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	881	902	625 124	1 701 247	455 825
Mai/02	-6 787	10,7	16,0	886	897	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	892	896	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	905	902	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	-474	10,3	15,4	903	896	657 313	1 601 787	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	907	895	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	7 611	10,1	15,1	897	881	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	13 593	9,6	14,8	865	865	664 146	1 647 188	485 592
Dez./02	-11 705	9,1	14,2	848	840	631 508	1 648 850	495 828
Jan./03	8 844	9,1	14,3	812	821	528 405	1 676 207	449 010
Fev./03	14 915	9,3	14,8	797	797	592 614	1 777 344	509 346
Mar./03	4 715	9,9	15,3	787	802	578 305	1 713 112	476 231
Abr./03	10 875	11,0	16,3	782	780	621 992	1 641 381	638 718
Mai/03	-5 776	11,6	16,6	784	796	628 032	1 618 086	784 981
Jun./03	-2 847	12,2	17,6	777	790	605 276	1 536 099	762 358
Jul./03	-11 073	11,9	17,7	-	-	618 517	1 572 877	814 215
Ago./03	-	-	-	-	-	597 084	1 535 554	-
Set./03	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jun./03. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 1991 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## O Mercosul mais ampliado: Peru novo sócio

Com a assinatura do acordo entre o Mercosul e o Peru para a formação de uma zona de livre comércio, amplia-se o número de países associados ao bloco, que agora já são três: Chile, Bolívia e Peru. Para o Rio Grande do Sul, esse acordo pode representar um crescimento das vendas externas, em especial de segmentos industriais. Apesar de o Peru representar apenas 0,4% das exportações gaúchas de janeiro a julho correntes, as vendas para esse país concentraram-se em polietilenos; máquinas e aparelhos; tratores; calçados (de couro, borracha e plástico); objetos de vidro; e veículos, chassis com motor e carrocerias para transporte coletivo. E esses produtos também são muito vendidos para os outros dois países associados ao bloco.

O acordo Mercosul-Peru abre novas oportunidades para o Estado ampliar suas vendas externas de produtos industria-

lizados, alguns dos quais considerados dinâmicos. Isto porque é no início do processo de integração que são feitas as maiores concessões tarifárias. Tal fato ganha maior relevância não só por aumentar o valor agregado dos produtos exportados pelo RS, mas também porque contribui para desconcentrar as exportações gaúchas, pois cerca de 40% das vendas de janeiro a julho de 2003, assim como em igual período do ano passado, foram de produtos ligados aos segmentos calçadista, de fumo e de soja e seus derivados. Igualmente, é importante o fato de que, apesar dos inúmeros problemas dos países-membros do Mercosul, o bloco continua ampliando o número de países associados, aumentando os mercados e a integração das economias sul-americanas, o que pode contribuir para as negociações com outros blocos e, em especial, para a conformação da ALCA.

Exportações, por mercadoria, do Rio Grande do Sul para o Peru — jan.-jul./02 e jan.-jul./03

MERCADORIAS	VALOR (US\$ 1 000 FOB)		PARTICIPAÇÃO %	
	2002	2003	2002	2003
Calçados de couro, borracha ou plástico .....	2 216	3 020	14,91	16,15
Polietilenos .....	1 199	2 184	8,07	11,68
Máquinas e aparelhos para limpar e secar garrafas .....	0	1 951	0,00	10,43
Tratores .....	813	1 151	5,47	6,15
Objetos de vidro para mesa e cozinha .....	0	699	0,00	3,74
Outros .....	10 634	9 692	71,55	51,84
<b>TOTAL</b> .....	<b>14 862</b>	<b>18 696</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

## RS: mortalidade de crianças menores de cinco anos

O cálculo da Taxa de Mortalidade de Menores de Cinco Anos (TMM5) mede o resultado final do processo de desenvolvimento e representa o resultado de uma grande variedade de “fatores de contribuição”: a saúde nutricional e o conhecimento das mães sobre a saúde; o nível de imunização e o uso do TRO (tratamento com sais de reidratação oral e/ou com soros caseiros recomendados em todos os casos de diarreia); a disponibilidade de serviços de saúde materno-infantil (inclusive assistência durante o período pré-natal); a disponibilidade de renda e de alimentos na família; a disponibilidade de água limpa e saneamento básico; e a segurança do meio ambiente da criança de maneira geral. Por isso, a TMM5 é um importante indicador da situação da infância em um país.

O relatório **A Situação Mundial da Infância** de 2003, da Unicef, revela que, no Brasil, até os cinco anos, morrem 36 crianças para cada grupo de mil (dados para 2001). No RS, a TMM5 para o ano 2000 indicou que, em média, para cada mil, morrem 18 crianças. Em 163 municípios, que abrangem 33,83% da população do Estado, a taxa situou-se acima de 18 crianças para cada mil nascidas vivas. Desses municípios, oito apresentavam população acima de 100 mil habitantes.

Três Coredes — o do Sul, o do Vale do Rio Pardo e o da Campanha — têm grande parte dos seus municípios com ele-

vada TMM5. No primeiro, a população das cidades com TMM5 acima da média do Estado representa 98,56% da população do Corede; no segundo, 85,09%; e, na região da Campanha, 80,24%.

Municípios com mais de 100 mil habitantes e TMM5 acima da média estadual no Rio Grande do Sul — 2000

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	TMM5 (1)
Pelotas .....	323 034	21
Rio Grande .....	186 488	22
Alvorada .....	183 648	21
Passo Fundo .....	168 440	20
Uruguaiana .....	126 654	34
Bagé .....	118 747	24
Santa Cruz do Sul .....	107 589	19
Cachoeirinha .....	107 472	20
<b>Rio Grande do Sul ...</b>	<b>10 181 749</b>	<b>18</b>

FONTE: FEE/NIS.

Datasus.

(1) TMM5 é a taxa de mortalidade infantil de menores de cinco anos por mil nascidos vivos.

Hélio Puig Gonzalez (FEE/NIS)

# Crescimento insuficiente da ocupação provoca elevação do desemprego

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) mostram que a taxa de desemprego vem se acelerando durante o ano 2003, mantendo-se acima da observada para os mesmos meses de 2002 a partir de abril. Esse comportamento reflete o desempenho da economia, que, segundo vários indicadores, mostra uma desaceleração da atividade, principalmente das atividades urbanas.

A economia da Região precisa gerar determinado número de empregos apenas para atender ao incremento da População em Idade Ativa (PIA), que cresceu a uma taxa média em torno de 2,0% nos últimos 10 anos. Além disso, existem variações na proporção de indivíduos em idade ativa que participam do mercado de trabalho, dependendo de conjunturas diversas. Assim, em conjunturas de crescimento do desemprego ou de retração expressiva dos rendimentos, existe uma pressão adicional sobre o mercado de trabalho da RMPA. Essa pressão adicional decorre do fato de que vários membros de uma família passam a procurar ocupação quando um indivíduo responsável por parcela significativa da renda familiar perde o emprego ou sofre expressiva diminuição de renda.

Esse fato pode ser observado entre 1997 e 1999, quando a taxa de desemprego aumentou de 13,4% da População Economicamente Ativa (PEA) para 19,0%, e a taxa de participação (parcela da PIA efetivamente engajada no mercado de trabalho, como ocupada ou desempregada) passou de 54,0% para 58,3%.

Em 2003, tem-se a conjugação dos dois fatores capazes de elevar a pressão sobre o mercado de trabalho. A taxa de desemprego total vem mostrando elevação, tendo alcançado 17,7% da PEA em julho de 2003 frente aos 15,9% registrados no mesmo mês do ano anterior. Adicionalmente, ocorreu forte retração do rendimento médio real dos ocupados na Região nos últimos 12 meses, tendo alcançado R\$ 777,00 em junho de 2003, um valor 12,9% menor do que o registrado 12 meses antes.

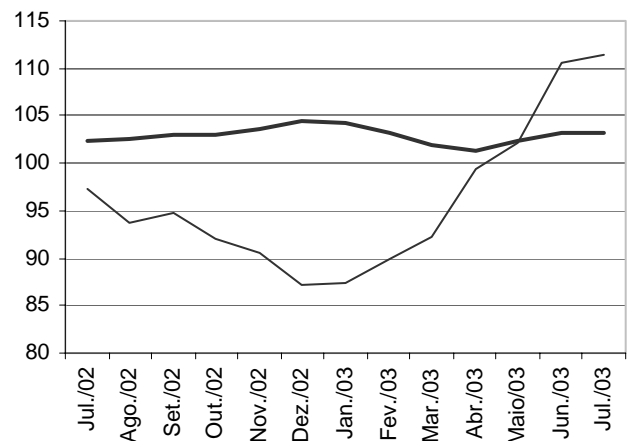
Considerando-se as informações de julho de 2003, percebe-se que, apenas para manter a mesma taxa de desemprego

de julho de 2002 na RMPA, deveriam ter sido criados 46 mil postos de trabalho nos últimos 12 meses. Na medida em que foram gerados apenas 13 mil postos, a taxa de desemprego total aumentou de 15,9% da PEA para 17,7%. Desses 46 mil postos, 18 mil seriam necessários apenas para atender ao aumento da taxa de participação.

O baixo crescimento da ocupação da Região Metropolitana de Porto Alegre observado entre julho de 2002 e julho de 2003 deveu-se, fundamentalmente, à redução de 9 mil postos de trabalho na indústria de transformação, uma vez que os demais setores de atividade econômica mostraram elevação.

Considerando as formas de inserção dos ocupados no mercado de trabalho, percebe-se que, nos últimos 12 meses até julho de 2003, ocorreu forte crescimento da ocupação para os autônomos e, em menor escala, para os empregados domésticos, observando-se redução no emprego assalariado tanto no setor público quanto no setor privado.

Índice do número de ocupados e de desempregados na RMPA — 2002/03



Legenda: — Ocupados — Desempregados

FONTES: PED-RMPA.

NOTA: Base: média de 2000 = 100.

Roberto Wiltgen (FEE/PED)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 11.09.03).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Júnior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery www.fee.tche.br

**Conselho Editorial da Carta:** Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

#### Editoração

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

#### Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

#### Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.